

AÇÃO

Vitória vai à Justiça para acabar com taxa de marinha na cidade

Prefeito quer mesmo benefício concedido às capitais de Santa Catarina e Maranhão

/// **VILMARA FERNANDES**
vfernandes@redgazeta.com.br

Uma nova ação na Justiça foi proposta pela Prefeitura de Vitória para pôr fim à cobrança das taxas de marinha no município. O processo baseia-se em decisões da Justiça Federal que beneficiou outras duas capitais brasileiras: Florianópolis, em Santa Catarina, e São Luís, no Maranhão.

As duas cidades, segundo o prefeito Luciano Rezende, guardam semelhanças com Vitória por serem capitais, situadas em ilhas costeiras. Ambas valeram-se dessa condição para garantir o benefício pautadas em uma emenda à Constituição, de 2005.

A expectativa de Rezende é de que Vitória receba o mesmo tratamento dado

às outras duas capitais. “São dois casos concretos de jurisprudência que podem nos favorecer”, assinou o prefeito.

DIFICULDADES

O problema é que já existem divergências em relação à mesma emenda constitucional, com interpretações favoráveis à União, no sentido de manter as taxas. Para evitar que isso ocorra, pondera Luciano, será necessária uma união de todos os municípios, o que está sendo viabilizado junto à Frente Nacional dos Prefeitos (FNP).

Um dossiê sobre o assunto foi entregue ontem ao presidente da FNP, o prefeito de Porto Alegre, José Fortunatti. “Acredito que poderemos contar com o apoio da FNP, que tem encampado uma série de listas favoráveis aos municípios”, ponderou Rezende.

Donos de mais de 40 mil



Sonho X realidade

Para a poeta Carmem Vervloet, o fim das taxas de marinha é um sonho para muitos moradores da cidade de Vitória.

“Além das taxas anuais, até na hora da venda do imóvel temos que pagar um percentual à União. Cobram até de quem está bem longe do mar. Um absurdo!”

— **CARMEM VERVLOET**, moradora da Praia do Canto

RICARDO MEDEIROS

IMPACTO

40 mil

imóveis

São afetados pela cobrança das taxas de marinha em Vitória.

imóveis em Vitória, localizados em 50 bairros, são afetados pela cobrança de taxas de marinha. Muitos nem conseguiram a regularização de seus registros e permanecem na condição de ocupação, o que impede até a obtenção de financiamentos imobiliários.

Essa condição afeta até imóveis da própria prefeitura. “Há situações que impedem até o atendimento rápido das demandas da população, uma prova de que essas taxas representam uma agressão ao cidadão”, afirma Rezende.